

SOL

21-01-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 58246

Temática: Justiça

Dimensão: 2674 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/20/21



ÓNIO SARAIVA

EDIÇÃO N.º 543 21 JANEIRO 2017 2,80€ WWW.SOL.PT



OPERACÃO MARQUÊS SALGADO PAGOU 'LUVAS' PARA ENTERRAR A PT



Saiba por que Carlos Alexandre ouviu Ricardo Salgado como arguido na Operação Marquês. Os novos desenvolvimentos no processo que envolve o banqueiro e o ex-primeiro-ministro podem fazer derrapar os prazos para a acusação, fixados para março **» Págs. 20-21**

Sociedade

SALGADO TERÁ PAGO 40 MILHÕES A SÓCRATES E ZEINAL BAVA

Felícia Cabrita
 felicia.cabrira@sol.pt

Ex-presidente do BES foi constituído arguido na Operação Marquês. Em causa estão 'luvas' por quatro negócios que implicaram decisões polémicas de José Sócrates. Inquérito pode não ficar concluído em março.

O conjunto de provas reunido pelo Ministério Público contra Ricardo Salgado na Operação Marquês indicia que este pagou várias dezenas de milhões de euros em 'luvas', no período que vai de 2006 a 2011, para obter decisões favoráveis ao Grupo Espírito Santo no âmbito da participação na Portugal Telecom. Os beneficiários terão sido José Sócrates (21 milhões), Zeinal Bava (18,5 milhões) e outros administradores da PT.

Em causa estão quatro negócios que implicaram decisões políticas e empresariais polémicas: o chumbo da OPA da Sonae à PT (2006), a autonomização da PT Multimédia

(2007), a venda da Vivo à Telefónica (2010) e a compra da Oi.

Neste processo, Sócrates ordenou a utilização pela primeira vez da *golden share* (ação qualificada) do Estado. Em todos os casos o GES obteve dividendos milionários, mas a PT foi levada ao colapso.

O GES foi 'propositadamente' beneficiado

Os investigadores suspeitam que as decisões que foram tomadas na PT nos últimos 10 anos – e que acabaram por ditar a sua morte, em 2015 – beneficiaram propositadamente os acionistas, em particular o GES, acionista de referência da operadora.

E constata as coincidências

temporais entre as principais decisões aí tomadas (desde a derrota da OPA da Sonae até à compra da Oi) com as transferências de dinheiro para as contas de Carlos Santos Silva na Suíça. Contas estas que pertencerão na realidade a Sócrates, tendo em conta a forma como dispôs desse dinheiro.

No conjunto dos quatro negócios, couberam ao ex-primeiro-ministro, como se disse, 21 milhões de euros – que acabaram por ser depositados nas contas bancárias de Carlos Santos Silva, depois de passarem por um complexo circuito de *offshores* pertencentes a Hélder Bataglia (administrador do BES Angola e próximo de Salgado), José Paulo Pinto de Sousa (primo de Sócrates) e Joaquim Barroca (administrador do Grupo Lena, a que pertenceu Santos Silva).

Os 18,5 milhões de euros que o MP suspeita terem sido recebidos por Zeinal Bava, ex-CEO da PT, terão circulado através de uma *offshore* do GES no Panamá.

Hélder Bataglia, recorde-se, foi interrogado no passado dia 5 pelos investigadores da Operação

JOÃO PORFÍRIO



Marquês. Já antes, em abril do ano passado, disse ao *Expresso* que o dinheiro que passou pelas suas *offshores* com destino a Sócrates tinha origem no GES: «O dinheiro do caso Sócrates vem do GES», afirmou. Bataglia é arguido neste processo por crimes de corrupção para ato ilícito, fraude fiscal qualificada e branqueamento de capitais.

Investigação entrou na reta final

O interrogatório de Salgado no DCIAP, esta semana, insere-se numa linha de investigação que entrou no verão passado na reta final. Por essa altura, após uma série de buscas a antigos gestores da PT, incluindo Zeinal Bava e Henrique Granadeiro, o MP já chegara à conclusão de que grande parte dos cerca de 30 milhões de euros que José Sócrates acumulou em contas do amigo Carlos Santos Silva tiveram origem em sociedades do Grupo Espírito Santo e corresponderão, na sua maioria, ao pagamento de comissões nos anos da sua governação, em troca de decisões do Es-

tado em negócios e investimentos da PT que favoreceram o grupo de Ricardo Salgado.

Recorde-se que o Governo de Sócrates assumiu uma posição contrária à OPA lançada em 2006 pelo grupo de Belmiro de Azevedo à PT, tendo dado ordens à CGD, enquanto gestora da participação do Estado, para votar contra a revisão dos estatutos da operadora, na assembleia-geral de março de 2007, o que fez a OPA ir por água-abaixo.

O chumbo da OPA da Sonae levou à autonomização da área de média e comunicações da PT, dando origem à PT Multimédia – na qual o GES ficou com 13% das ações, cujo valor era de 165 milhões de euros.

Negócios no Brasil levaram PT à falência

O MP suspeita ainda que, em 2009 e 2010, Ricardo Salgado conseguiu, mercê da sua posição na PT e com o apoio de outros acionistas, que a PT comprasse papel comercial de sociedades do GES (Espírito Santo Internacional e Rioforte). Estima-se que os títulos de dívida da



Ricardo Salgado foi ouvido pelo DCIAP e por Carlos Alexandre na passada quarta-feira

ESI subscritos pela PT ascendiam, em 2010, a 400 milhões de euros.

Seguem-se, finalmente, os investimentos e vendas que a PT fez em 2010 e 2011. Por ordem de Sócrates, o Estado usou a sua *golden share* na PT para impedir que os acionistas vendessem à espanhola Telefónica, por 7,15 mil milhões de euros, a participação na brasileira Vivo. Para dar um ar credível e afastar qualquer suspeição, enquanto Jo-

sé Sócrates dizia na *Financial Times* que o Estado iria usar «**todos os instrumentos ao seu dispor para defender aquilo que acredita serem os melhores interesses da PT e do país**», Salgado mostrou-se desagrado com a intervenção do Estado no processo. Apenas um mês depois (e após a Telefónica subir em 350 milhões de euros a sua proposta), o Estado aceitou, desde que a PT permane-

cesse no Brasil. Esta decisão levou a PT a comprar 22% da Oi, por 3,5 mil milhões de euros, valor considerado muito inflacionado. Pelo meio, o GES encaixou a sua quota-parte de dividendos pela venda da Vivo, o que terá proporcionado o pagamento de mais comissões a Sócrates e gestores da PT.

Inquérito arrisca derrapar

Em setembro, a PGR deu mais seis meses para a conclusão do inquérito, apontando-se o desfecho para março de 2017. Já em dezembro, quando poderia ter reponderado esta data, a PGR informou que «**face à informação recolhida**», não se justificava a alteração do prazo. Agora, com a audição de Bataglia, nova documentação bancária anexa ao processo e cartas rogatórias ainda em falta da Suíça e do Reino Unido – e que não vão chegar até março – a conclusão do inquérito pode estar de novo comprometida. No despacho que alargou o prazo, Joana Marques Vidal já deixava em aberto essa hipótese, caso houvesse novos desenvolvimentos.

Contactos proibidos

Ricardo Salgado é desde quarta-feira o 20.º arguido da operação Marquês. O ex-presidente do BES começou por ser ouvido no DCIAP e foi depois presente ao juiz Carlos Alexandre, que determinou como medidas de coação a proibição de ausência para o estrangeiro sem prévia autorização e a proibição de contactos com os restantes arguidos, bem como com algumas pessoas e entidades com ligações ao Grupo Espírito Santo. Ricardo Salgado foi indiciado por factos suscetíveis de integrem os crimes de corrupção, abuso de confiança, tráfico de influência, branqueamento e fraude fiscal qualificada.

M.F.R.

Três anos e meio de Operação Marquês

Julho de 2013

A investigação começou no verão de 2013. As primeiras referências ao ex-primeiro-ministro no processo referem apenas José Pinto de Sousa, para acautelar eventuais fugas de informação.

Julho de 2014

A revista *Sábado* noticia que Sócrates é suspeito no caso Monte Branco, o que a PGR desmente. A publicação avança que Sócrates estaria sob vigilância há vários meses e que as autoridades já teriam quebrado o sigilo bancário e fiscal do ex-primeiro-ministro.

1 de novembro de 2014

Sócrates é detido no aeroporto de Lisboa depois de Carlos Santos Silva, Gonçalo Trindade Ferreira e João Perna, motorista do antigo governante. São estes os primeiros arguidos da operação Marquês. A PGR confirma que o inquérito dirigido pelo DCIAP investiga suspeitas de fraude fiscal, branqueamento de capitais e corrupção.

24 de novembro de 2014

O Tribunal Central de Instrução Criminal decreta a prisão preventiva de José Sócrates. O ex-primeiro ministro vai para o Estabelecimento Prisional de Évora, onde recebe o n.º 44.

23 de dezembro de 2014

João Perna fica em prisão domiciliária com pulseira.

22 de abril de 2015

Carlos Santos Silva sai para prisão domiciliária com pulseira eletrónica. Joaquim Barroca Rodrigues, do Grupo Lena, é constituído arguido.

6 de junho de 2015

Armando Vara é detido para interrogatório no âmbito da operação Marquês e fica em prisão domiciliária com pulseira eletrónica, indiciado por corrupção, fraude fiscal e branqueamento de capitais.

4 de setembro de 2015

Sócrates deixa a cadeia de Évora ao fim de 288 dias. Fica em

prisão domiciliária sem pulseira eletrónica.

24 de setembro de 2015

O juiz desembargador Rui Rangel, num acórdão da Relação de Lisboa, considera esgotado o prazo para se manter o segredo de justiça interno no processo.

2 de outubro de 2015

Sócrates deixa de estar em prisão domiciliária. Não pode sair do país e contactar outros arguidos.

Março de 2016

O diretor do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), Amadeu Guerra, fixa para 15 de setembro o prazo-limite para a conclusão do inquérito.

Abril de 2016

O *Expresso* denuncia relações suspeitas entre Ricardo Salgado e José Sócrates. O artigo apresenta uma declaração do presidente do grupo Escom, Hélder Bataglia, também arguido no processo, em que este assume que o dinheiro do caso Sócrates vem do GES.

Julho de 2016

Numa entrevista à *SIC*, Amadeu Guerra, não garante a conclusão do processo no prazo indicado três meses antes. «**Vamos ver**», afirma.

14 de setembro de 2016

A PGR concede mais 180 dias para a conclusão da investigação, após os magistrados do DCIAP terem informado que «**circunstâncias imponderáveis e extraordinárias impediam a conclusão da investigação**». Este prazo termina no mês de março.

5 de janeiro de 2017

Hélder Bataglia é interrogado pelos investigadores da Operação Marquês.

18 de janeiro de 2017

Ricardo Salgado torna-se o 20.º arguido na Operação Marquês. É suspeito dos crimes de corrupção, abuso de confiança, tráfico de influências, branqueamento e fraude fiscal qualificada.